

## **PAISAGENS, IMAGENS E SUAS REPRESENTAÇÕES (GEO)GRÁFICAS NAS BANDEIRAS**

**Tiago José Berg**

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)  
Av. 24-A, 1515 - CEP: 13506-900 - Rio Claro - SP  
tiago\_berg@yahoo.com.br

Recebido 10 de junho de 2012, Aceito 05 de agosto de 2012.

**RESUMO** - As bandeiras fazem parte de um rol de tradições associadas aos símbolos nacionais. Como ícones representativos de uma nação, muito do seu simbolismo está ligado com elementos que envolvem a cultura, a política, a etnia e a história. A paisagem, como um tema caro à geografia, também tem servido como um recurso usado para reforçar discurso e a identidade nacional através do simbolismo das bandeiras. A partir da análise deste símbolo visual, este artigo procura estreitar as relações entre a disciplina e as formas de representação simbólica, como uma nova perspectiva na decodificação das formas de representação espacial.

**Palavras-chave:** imagem, paisagem, bandeiras, geografia.

**ABSTRACT** - Flags are part of a set of traditions associated with the national symbols. As representative icons of a nation, much of its symbolism is connected with elements that involve the culture, the politics, the ethnicity and the history. The landscape, as a theme dear to the geography, has also served as a feature used to reinforce the discourse and national identity through the symbolism of the flags. From the analysis this visual symbol, this article seeks a closer relation between the discipline and the forms of the symbolic representation, as a new perspective on the decoding of the forms of representation of the space.

**Key Words:** landscape, flags, image, geography.

## INTRODUÇÃO

Uma bandeira não se restringe apenas a um pedaço de pano que tremula ao vento; suas cores, formas, divisões e iconografia têm um sentido de ser. Bandeiras, assim como brasões e hinos, fazem parte de um rol de tradições associadas aos símbolos nacionais, correspondendo ao “cartão de visita” de uma nação (Cerulo, 1993) que devem ter, em princípio, “a capacidade de traduzir o sentimento coletivo, de expressar a emoção cívica dos membros de uma comunidade nacional” (Carvalho, 1990, p.127).

Símbolos e rituais são fatores decisivos no processo de criação da identidade nacional, pois a nação, como uma forma de comunidade, implica tanto na semelhança entre seus membros, quanto na diferença em relação aos estranhos (Guibernau, 1997). Assim, eles criam no pensamento coletivo uma noção de identidade em que se pode experimentar a realização física da “comunidade imaginada” (Anderson, 2005)<sup>1</sup> através do processo ritual. Da mesma forma, “quando fazemos parte desse ritual, captamos todas essas mensagens ao mesmo tempo e as condensamos numa única experiência, assim nós dizemos coisas a

<sup>1</sup> Segundo a tese de Anderson (2005), a nação é vista como uma “comunidade imaginada estritamente limitada e soberana”. Ela é *imaginada* porque até mesmo os membros da menor nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas, ainda assim, na mente de cada um deles existe a imagem de sua comunhão. A nação é imaginada como *limitada* porque até a maior das nações, englobando possivelmente milhões de seres humanos vivos, têm fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais se situam outras nações. É imaginada como *soberana* porque o conceito nasceu numa época em que o Iluminismo e a Revolução Francesa destruíram a legitimidade do reino dinástico e da ordem divina (a liberdade e legitimidade são agora garantidas pelo Estado). Finalmente, a nação é imaginada como uma *comunidade* porque, independentemente da desigualdade e da exploração que possam prevalecer em cada uma das nações, ela é sempre concebida como uma agremiação horizontal e profunda— uma fraternidade imaginada.

nós mesmos” (Leach, 1978, p.53), pois no processo de hastear a bandeira, se recria e se reproduz a lealdade ao sujeito coletivo, o nós (Estévez, 2004), que entra em comunhão com essa identidade transplantada para o âmbito nacional.<sup>2</sup>

Deve-se lembrar que esta é também uma característica intrínseca dos símbolos, pois eles projetam uma mensagem que é propositalmente e meticulosamente construída no período em que foram adotados ou escolhidos como emblemas de uma nação. Assim, eles não são projetados apenas para a população nacional, mas, também, para um mundo além das fronteiras nacionais (Cerulo, 1993).

Da mesma maneira, os símbolos também mascaram a diferença e põem em relevo a comunidade, criando um sentido de grupo, pois as pessoas constroem a comunidade de uma forma simbólica e transformam-na como um referencial de sua identidade (Guibernau, 1997). Para entender como essa construção de identidade se dá, é preciso compreender que ela também está intrincada como parte do discurso nacional(ista), pois ele “estimula a invenção de rituais e símbolos de reforço” (Breen, 2008, p.93).

Guibernau (1997) mostra que os símbolos são eficientes também por serem imprecisos, e essa imprecisão converte-se em uma “neutralidade” quando eles apresentam a natureza como um “vetor passivo” (Chauí, 2000). A representação

<sup>2</sup> A criação da identidade nacional [...] corresponde a um processo complexo pelo qual os indivíduos se identificam com símbolos que têm o poder de unir e acentuar o senso de comunidade. Esse processo de identificação envolve um fluxo contínuo entre os indivíduos e os símbolos, no sentido de que os indivíduos não têm apenas de aceitar os símbolos já estabelecidos, mas têm, antes, de recriá-los constantemente e atribuir-lhes novo significado conforme a alteração das circunstâncias através das quais a vida da comunidade se desenvolve (Guibernau, 1997, p.94).

da paisagem nas bandeiras as torna, assim, “meios ótimos mediante os quais as pessoas podem falar uma língua comum, comportar-se de maneira manifestadamente semelhante, participar dos mesmos ritos [...]” (Cohen, 1985, p.21).

Além disso, a paisagem tem servido como um recurso usado para reforçar discurso e a identidade nacional. Lowenthal (1994), ao analisar as paisagens na Europa, mostra como elas ainda permanecem como fortes ícones de identidade nacional, pois estão ligadas à memória, ao ambiente rural e ao regionalismo, e mesmo em lugares onde foram há muito tempo transformadas, elas continuam a inspirar afeição, mostrando que a geografia ainda é valorizada em grande parte pelas lentes da nação.

### **A PAISAGEM E SUA REPRESENTAÇÃO GEOGRÁFICA**

O último quartel do século XX assistiu a volta do interesse pela paisagem nos estudos dos geógrafos, tanto pelo número de publicações, quanto pelas associações com o tema (Salgueiro, 2001). Esta, mais do que um retorno à “velha geografia” (Domingues, 2001) ou mesmo das novas perspectivas em torno dela na geografia cultural (Claval, 2002), volta a estar inserida nos estudos geográficos a partir da década de 1970 com uma abordagem diferente (Melo, 2001).

Historicamente, a paisagem aparece identificada com a fisionomia de uma dada área e sua expressão visível na pintura a partir dos séculos XVI-XVII. Os pintores, ao percorrerem os campos, escalar montanhas, fazer croquis e esboços da natureza, começam a encontrar um novo ritmo de inspiração que passa a

servir mais tarde nos ateliês para a composição de pinturas de paisagens de acordo com o que fora visto pelo artista, ou mesmo por sua imaginação das parcelas do real. “Foi na mediação com a arte que o sítio (o lugar) adquiriu estatuto de paisagem” (Rosendahl & Corrêa, 2001, p.15), que até o século XVIII era um sinônimo de pintura, passando depois a ser objeto de interesse de escritores, poetas e romancistas.

No final do século XIX não apenas os pintores e escritores, mas também geógrafos e militares passaram a se interessar pela paisagem e sua real representação (Lacoste, 2003). O estudo da paisagem enquanto conceito (e, por associação, da própria noção de região) para os geógrafos foi feito numa época em que a geografia se afirmava uma disciplina de charneira nas ciências físicas e humanas (Domingues, 2001), síntese resultante da relação entre as condições naturais e a ação do homem organizado em sociedades portadoras de uma história, cultura e evolução tecnológica. Mais do que isso:

*[...] as paisagens geográficas continham uma espessura antropológica, uma memória reveladora de diversas sedimentações ou marcas deixadas por sucessivas transformações. As paisagens eram patrimônio cultural, elemento imprescindível da identidade de um povo ou até um modelo de coesão do Estado-Nação (Domingues, 2001, p.56).*

Da mesma forma, foi por essa época que, “fora do campo científico [...] a paisagem fixou-se, assim, na sua dupla condição de realidade física e de construção ideológica, socialmente inculcada e difundida como um dos fatores centrais da identidade nacional” (Corbin, 2001, p.151-182 apud Domingues, 2001,

p.56).

Sendo a paisagem um vetor passivo (Luchiari, 2001), através dos elementos naturais que a compõe, esta pode ser “eleita” como símbolo, desviando o foco do conflito social ou do baixo controle sócio-político como argumenta Cerulo (1993), para atuar como elemento de unidade nacional. Olwig (1996, apud Claval, 2002), ressalta também que a organização da paisagem reflete a existência de um sistema de poder: pois existe uma relação entre o país como criação política e a paisagem como expressão da personalidade do grupo social. O sentido de identidade de muitas coletividades sociais está ligado também às paisagens da lembrança e da memória. Conforme relembra Luchiari (2001, p.13-19):

*As paisagens construídas e valorizadas da sociedade revelam sua estrutura social e conformam lugares, regiões e territórios. A paisagem é materialidade, mas é ela que permite à sociedade a concretude de suas representações simbólicas [...] é, ao mesmo tempo, ancorada no solo, modelada pelas transformações naturais e pelo trabalho do homem e, acima de tudo, objeto de um sistema de valores construído historicamente e apreendido diferentemente, no tempo e no espaço, pela percepção humana.*

A paisagem é vista assim como um “um sistema significativo”, uma “maneira de ver”, compor e harmonizar o mundo externo em uma unidade visual (Cosgrove, 2004). Para Duncan (2004, p.100) o mundo é revestido de sistemas de representação e “para compreender a natureza relacional do mundo precisamos ‘completá-lo’ com muito do que é invisível, para ler os subtextos que estão por

debaixo do texto visível”. Para o autor, a paisagem, ainda, é um dos elementos centrais em sistema cultural, pois, “como um conjunto ordenado de objetos, um texto, age como um sistema de criação de signos através do qual um sistema social é transmitido, reproduzido, experimentado e explorado” (Duncan, 2004, p.106).

Ela porta-se, dessa maneira, como um mosaico, uma representação do existente (ou do ansiado) apreendido sob uma determinada perspectiva de recorte espacial (terra, província, país, região, território) e sua representação tem raízes subjetivas pelos recursos dos ritos simbólicos que ostenta. Nos símbolos nacionais, a paisagem é sempre apresentada como a “paisagem nacional”, um recorte que visa possuir uma delimitação espacial e que procura evocar na consciência coletiva as características que são ditas ou imaginadas como “naturais da nação”.

Conforme aponta Cosgrove (1998, p.13), “a paisagem denota o mundo exterior mediado através da experiência subjetiva humana”, sendo que ela é uma construção, uma composição e maneira de ver o mundo, o que também torna necessário ir mais a fundo para decifrar os seus recortes e representações em torno do discurso nacional.

### **A PAISAGEM E SUA REPRESENTAÇÃO NAS BANDEIRAS**

Conforme visto, a representação da paisagem é um tipo de linguagem, sendo uma “construção sógnica” oriunda de um produto social de comunicação. Esse conjunto de práticas e valores sociais reflete uma visão do mundo externo e constituem-se em criações de esquemas mentais estabelecidos a partir de uma dada realidade espacial que também incorporam noções da cultura, valores, significados e da própria ideologia contida em suas representações.

Como parte de um contexto ideológico socialmente construído, de distinção histórica e cultural, sua representação é personificada através de uma imagem que procura projetar uma mensagem cujo objetivo é criar uma identidade ou associação com uma determinada parcela do geográfico. Bandeiras, assim como brasões e hinos não são objetos geográficos *per se*, são, em essência, objetos vexilológicos, heráldicos ou lírico-musicais. Mas quando analisamos o conjunto de referências que esses símbolos projetam em suas estruturas representativas, podemos desvendar seu “conteúdo”, ou seja, os elementos gráficos que estão implícitos nesse processo de apropriação do espaço e que podem ser lidos e interpretados sob uma nova linguagem ou estilização do geográfico.

Para Cerulo (1993), a mensagem projetada pelo símbolo pode ser analisada em duas vias. Em primeiro lugar, ela pode ser vista através do seu “conteúdo simbólico”, que são as cores ou emblemas usados em uma bandeira (como, por exemplo, uma faixa de cor vermelha representando o sangue derramado). Através da chamada *análise semântica*, pode-se decifrar a mensagem de cada componente do símbolo, isolando seus elementos e focando-se no significado de cada um deles.

Secundariamente, estuda-se o desenho ou configuração de um símbolo (como, por exemplo, de que forma as cores e emblemas ocupam posições determinadas em uma bandeira, o número de faixas e suas secções, etc.). Quando se examina o significado carregado por estas estruturas (seu desenho ou configuração e a relação entre suas partes) emprega-se uma *análise sintática* dos símbolos. A estrutura sintática ordena ou organiza os vários elementos de um símbolo; quando se muda essa estrutura, a mensagem do símbolo também é mudada.<sup>3</sup>



Neste artigo, para uma análise mais aprofundada da paisagem e sua imagem como estrutura comunicativa, foram selecionadas as bandeiras nacionais e territoriais com maior representatividade geográfica sob essa temática, através da consulta da bibliografia existente sobre o assunto,<sup>4</sup> com o objetivo de compreender de forma mais aprofundada seu simbolismo. As bandeiras da Ucrânia e Estônia aparecem como paisagens com um alto grau de abstração e estilização em suas faixas horizontais. Leituras mais próximas da representação pictórica aparecem, sobretudo, com temas relativos à esfera solar<sup>5</sup> nos casos da bandeira do Cazaquistão, do Kiribati, da Groenlândia e do Atol Palmyra (EUA); a linha do horizonte tem seu maior foco nas bandeiras dos territórios insulares norte-americanos de Midway e Navassa.

No Leste Europeu, a bandeira bicolor da Ucrânia (**Figura 1**) pressupõe uma “paisagem imaginada”, como um quadro simplificado. Suas cores foram adotadas em 1848, após o Congresso de Lvov (Hesmer, 2008), baseadas nas cores da antiga região austro-húngara da Rutênia (Firefly, 2003). Foi com essas cores – amarela superior e azul inferior – que a primeira bandeira nacional surgiu em 1918, quando o país obteve uma breve independência. Ela foi adotada novamente em 1991, após o fim do regime soviético, quando a ordem das cores foi mudada.

<sup>3</sup> Firth (1973, p. 46) trabalha um ponto similar ao considerar a estrutura sintática das bandeiras nacionais. Ele ressalta que “não é simplesmente o conteúdo das bandeiras que é importante, mas a sua forma e a combinação de seus elementos”.

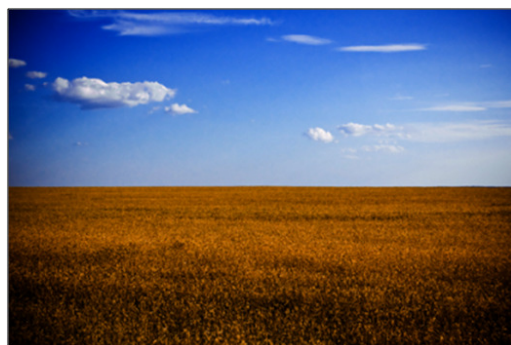
<sup>4</sup> Para maiores detalhes, pode-se consultar: BARKER, B. J. (2005) Pocket guide to the flags of the world. London: New Holland Publishers. FYREFLY. (2003) Firefly guide to the flags of the world. New York: Firefly Books. ZNAMIEROWSKI, A. (2004) The world encyclopedia of flags. London: Lorenz Books.

<sup>5</sup> A esfera solar aparece nas bandeiras nacionais de Bangladesh, Japão e Níger. No caso do Laos e de Palau representa-se a lua. Em diferentes estilizações, o sol está presente nas bandeiras de: Antígua e Barbuda, Argentina, Filipinas, Macedônia, Malauí, Mongólia, Namíbia, Nepal, Quirguistão, Ruanda, Taiwan e Uruguai.

Na tradição popular (**Figura 2**), o azul representa o céu, enquanto a faixa amarela alude aos vastos campos de grãos, em especial o trigo, que crescem em seu território e compõem a típica paisagem agrícola do país (Znamierowski, 2004; Baker, 2005; Kindersley, 2005); para Firefly (2003), o azul também alude às montanhas. Como uma forma de rememorar a tradição romântica associada aos campos, à natureza e à vida rural de seus habitantes, essa paisagem é também uma forma de criar unidade em torno da disparidade cultural existente entre russos e ucranianos, cujas clivagens étnico-regionais ainda mostram-se em um processo de identidade e unidade nacional enfraquecido (Shulman, 2006).



*Figura 1. Bandeira da Ucrânia.*



*Figura 2. Paisagem de Kherzon, Ucrânia*

A bandeira tricolor usada pela Estônia (**Figura 3**), apresenta nas cores azul, preto e branco uma associação com os elementos da natureza. O azul representa o céu e a fidelidade, o preto é associado não apenas à cor do solo, mas também ao passado de sofrimento e opressão dos estonianos,<sup>6</sup> enquanto o branco é a cor da neve e do desejo de liberdade (Firelly, 2003; Znamierowski, 2004; Baker, 2005, Kindersley, 2005) – elementos que recordam uma paisagem comum ao interior do país durante o inverno (**Figura 4**). A bandeira foi introduzida por estudantes em 1881 (Hesmer, 2008) e adotada como símbolo nacional em 1920;



*Figura 3. Bandeira da Estônia.*



*Figura 4. Paisagem estoniana no inverno.*

<sup>6</sup> Znamierowski (2004) e Hesmer (2008) mencionam que o preto também representa o povo estoniano, pois, nas lendas populares, Heródoto, em sua obra *Histórias*, menciona os estonianos em virtude do casaco negro que usavam os camponeses.

após o período sob domínio soviético (1945-1990) ela reapareceu como símbolo nacional.

Ex-República Soviética localizada na Ásia Central, o Cazaquistão conquistou sua independência nacional em 1991, passando a utilizar uma bandeira toda em azul-claro, alusiva ao céu e sua amplitude acima da terra (Znamierowski, 2004; Baker, 2005, Kindersley, 2005); também esta é uma cor tradicional que simboliza a unidade dos povos nômades (Firefly, 2003). Sob a figura do sol, aparece estilizada uma águia dourada, conhecida como *berkut* ou “águia das estepes” (*Aquila chrysaetos*), que é símbolo da liberdade e do ideal dos cazaques (Hesmer, 2008). Próximo da haste da bandeira encontra-se uma figura estilizada, conhecida como “ornamento nacional”<sup>7</sup> (**Figura 5**). Como uma reconstrução da identidade do povo cazaque e seu estilo de vida nômade, a bandeira representa uma paisagem vista acima da linha do horizonte, pois a relação com o espaço para este povo não implica em uma fixação territorial.

Nas águas do Pacífico, a bandeira do arquipélago do Kiribati (**Figura 6**), adotada em 1979, simboliza uma paisagem avistada de suas ilhas. Resultado de uma competição local, seu desenho se baseou no antigo brasão de armas colonial, usado pelos britânicos desde 1937 (Hesmer, 2008). As ondas em branco e azul representam o Oceano Pacífico, que abrange cerca de 5 milhões de quilômetros quadrados ao longo do Kiribati. Sobre ele, aparece a figura do sol à frente de um horizonte avermelhado que representa o amanhecer, a renovação dos dias e o despertar da nova nação, como também a linha do Equador, que corta as ilhas

<sup>7</sup> Nenhum dos autores se refere ao significado do chamado “ornamento nacional”, mas é possível, assim como ocorre na bandeira da República de Belarus, que este se trate de um símbolo cultural derivado das roupas tradicionais dos povos cazaques.



*Figura 5. Bandeira do Cazaquistão.*



*Figura 6. Bandeira do Kiribati.*

por cerca de 4 mil quilômetros. A fragata (*Fregata ariel*) é o símbolo da autoridade, da liberdade e da soberania sobre as águas do oceano (Firefly, 2003; Kindersley, 2005), por ser usada nas cerimônias tradicionais, conferindo status aos líderes locais (Znamierowski, 2004). Na paisagem projetada pela bandeira, a fragata destaca-se como uma ave culturalmente significativa (totêmica) para a população local e que foi abarcada no discurso do país como um elemento de soberania nacional.

Na bandeira da Groenlândia (**Figura 7**) – país autônomo que faz parte do Reino da Dinamarca – a paisagem abarca uma representação estilizada da esfera solar nas cores vermelha e branca. Adotada em 1985, após a concessão

de maior autonomia política, a bandeira expressa, com sua faixa branca, a extensa camada de gelo que cobre 83% da ilha (Znamierowski, 2004); o meio-círculo em branco representa os icebergs e as calotas glaciais que flutuam sobre o oceano, que fica avermelhado em virtude do movimento realizado pelo sol (meio-círculo em vermelho) na linha do horizonte durante os curtos meses do verão no círculo polar ártico (Baker, 2005). As cores branca e vermelha também recordam a *Dannebrog*<sup>8</sup> e os laços políticos com a Dinamarca; o fato de a Groenlândia não usar a cruz nórdica como símbolo ressalta sua autonomia política (Nordic Council, 2012).

As três próximas bandeiras referem-se aos Territórios Insulares Não-Incorporados dos Estados Unidos: o Atol Pamyra e o Atol Midway (Pacífico) e a ilha Navassa (Caribe).<sup>9</sup> Em relação aos casos anteriores, estes três territórios não possuem população fixa e são áreas geográficas de pequeno tamanho: Palmyra (12 km<sup>2</sup>), Midway (6,2 km<sup>2</sup>) e Navassa (5,2 km<sup>2</sup>). A primeira vez que uma bandeira foi esboçada para o Atol Palmyra (**Figura 8**) ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial, quando tropas norte-americanas usaram a ilha como base para pousos e decolagem. Seu desenho era composto de três faixas dispostas na horizontal: uma em vermelho (que representava o céu do atol ao amanhecer e entardecer), outra em azul (para o oceano), sobre uma faixa em amarelo (aludindo à areia e às praias do atol). Centrado na faixa vermelha estava um semicírculo amarelo, simbolizando o sol nascente e poente. Mais tarde o desenho foi modificado para a versão atual (Wheeler, 2010) e mostra claramente uma

<sup>8</sup> Assim chamada a bandeira nacional da Dinamarca.

<sup>9</sup> Estes territórios são administrados a partir de Washington pelo Serviço Pesqueiro e de Vida Selvagem do Departamento do Interior dos EUA. Navassa é administrada a partir de Porto Rico e é reclamada pelo Haiti como parte de seu território.



*Figura 7. Bandeira da Groenlândia.*



*Figura 8. Bandeira de Palmyra (EUA).*

paisagem neutra.

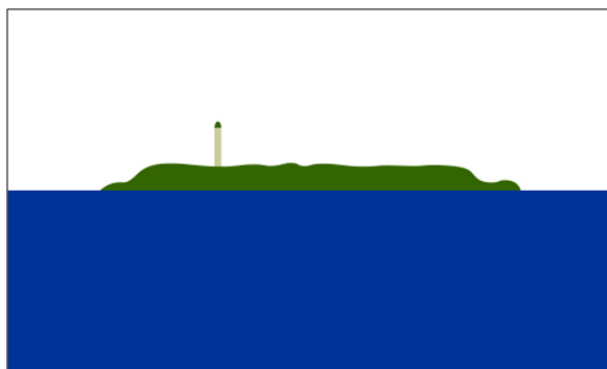
As cores da bandeira da ilha de Midway (**Figura 9**) refletem os elementos naturais do atol – o claro céu azul, as praias de areia branca e as águas de cor turquesa de suas lagunas naturais (Klimeš, 2010b). Sobre o céu aparece a figura do albatroz de Laysan (*Phoebastria immutabilis*), cuja ilha abriga a maior colônia desta espécie (70% dos animais), representando sua fauna endêmica e simbolizando a bravura dos soldados que lutaram na ilha. A paisagem recordada na bandeira, também “saúda o espírito do povo americano e a sua natureza

inspiradora” (Klimeš, 2010b, p.8). Em 4 de junho de 2000 esta bandeira foi usada pela primeira vez em comemoração ao 58º aniversário da Batalha de Midway.

No Caribe, a ilha Navassa teve sua bandeira criada em 7 de dezembro de 2001 (**Figura 10**). Ela consiste de um campo bicolor, nas cores branca e azul; sobre o campo branco aparece a silhueta da ilha em verde-esmeralda, com a



*Figura 9. Bandeira de Midway (EUA).*



*Figura 10. Bandeira de Navassa (EUA).*

<sup>10</sup> A partir de 1929 o farol tornou-se automático, sem a necessidade da presença permanente de pessoas na ilha para administrá-lo diretamente. De 1903 a 1996, a ilha foi uma dependência da base naval norte-americana de Guantánamo, em Cuba.



imagem de um farol (em dimensões exageradas) de cor cinza com o topo em verde. A posição geográfica do farol (construído em 1917 para auxiliar os navios que seguiam em direção ao Canal do Panamá)<sup>10</sup> indica como a ilha é avistada sobre o oceano, no sentido de nordeste para sudoeste, já que Navassa está a 170 km de distância da base naval norte-americana de Guantánamo, em Cuba. Esta orientação da paisagem na bandeira também tem sido usada para “indicar que esta é uma base não-oficial dos Estados Unidos” (Klimeš, 2010a, p.8).

## CONCLUSÕES

Conforme recorda Guibernau (1997, p.91) “a consciência de formar uma comunidade é criada através do uso de símbolos e da repetição de ritos que dão força aos membros individuais da nação”. A bandeira, como símbolo, tem o poder de evocar lembranças ou sentimentos particulares e é a partir da “leitura” dos objetos gráficos que a compõe (cuja ordem os torna uma estilização do geográfico), que se cria uma conexão em diferentes graus com a realidade espacial a sua relação com a representação da paisagem. Na perspectiva de Tuan (1985, p.149) “uma grande região, tal como a do Estado-nação, está além da experiência da maioria das pessoas, mas pode ser transformada em lugar – uma localização de lealdade apaixonada – através do meio simbólico da arte, da educação e da política”.

Nos casos da Ucrânia e da Estônia, essa idéia aparece na bandeira como a representação de “uma paisagem agrícola” e/ou dos “espaços naturais”, onde a estilização horizontal de suas faixas denota uma percepção ao ambiente vivido, que atua como uma estratégia para criar uma unidade nacional (sobretudo no caso ucraniano) retirando de foco a questão do conflito social em torno da

diversidade étnica do país.

No Cazaquistão, o foco da paisagem na bandeira está na amplitude do céu, já que a relação com o espaço para os povos cazaques se pauta em uma reconstrução de sua identidade nacional, baseada na vida nômade nas estepes, na águia como símbolo étnico/totêmico e no ornamento como símbolo cultural, em que a fixação e noção territorial assumem um plano secundário. No Kiribati, a amplitude deste pequeno arquipélago ao longo do Oceano Pacífico mostra que a paisagem na bandeira assume a metáfora de “nascimento da nação”, encarnada pelo sol e pelas águas, cuja imagem da fragata assume o papel da soberania, como uma forma de resgatar a cultura local e transformá-la em um discurso de unidade nacional.

A bandeira da Groenlândia recorda a influência do mar e do gelo como parte de uma paisagem em torno do círculo polar Ártico durante os meses de verão; sua representatividade consubstancia-se aos atos de caça e pesca do povo inuit (ou esquimó) em seu típico ambiente de vivência e identidade. No caso do Atol Palmyra, a relação com as cores quentes em que está inserida a esfera solar recorda a posição tropical destas ilhas, onde aparece um terceiro elemento: a areia da praia. O discurso nacional em torno da autonomia e dependência política assume no caso da Groenlândia uma relação com as cores, cuja diferenciação é a ausência da tradicional cruz nórdica; no caso de Palmyra, dado à ausência de população fixa, a paisagem em sua bandeira é a mais pura contemplação da natureza. Essa idéia de contemplação também aparece nas bandeiras do Atol Midway e na ilha Navassa, sob administração dos Estados Unidos. Não há um discurso nacional, mas há um discurso em torno dos elementos da paisagem natural (no primeiro caso) e associado com o humano/construído (no segundo)

com relação a estas pequenas ilhas que visa recordar, mesmo como mero pano de fundo, a posse de um território de caráter estratégico.

Assim, este artigo procurou argumentar que as bandeiras apresentam amplas possibilidades de análise e interpretação dentro do campo das ciências humanas, aproximando sua relação com os estudos sobre a paisagem, tema que tem forte ligação com a geografia. A bandeira, por se tratar de um objeto visual, converte-se em um excelente meio sintetizar os ideais e discursos da nação, mobilizando seus cidadãos em torno da (re)construção de uma parcela do espaço geográfico, como forma de conferir lealdade e criar identidade. Finalmente, as reflexões aqui apresentadas procuram estreitar as relações entre a geografia e as representações simbólicas, como uma nova perspectiva na análise e decodificação das formas culturais de representação espacial.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, B. (2005). *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70.
- BARKER, B. J. (2005). *Pocket guide to the flags of the world*. London: New Holland Publishers.
- REEN, T. H. (2008). Interpretando o nacionalismo no Novo Mundo. In: PAMPLONA, M. A.; DOYLE D. H. (org.) *Nacionalismo no Novo Mundo – a formação dos Estados-nação no século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- CARVALHO, J. M. (1990). *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CERULO, K. A. (1993). Symbols and the World System: National Anthems and Flags. *Sociological Forum*, 8(2): 243-271.

- CHAUÍ, M. (2000). *Brasil: mito fundador da sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- CLAVAL, P. (2002). A volta do cultural na geografia. *Mercator*, 1(1): 19-28.
- COHEN, A. P. (1985). *The symbolic construction of community*. London: Tavistock Publications.
- COSGROVE, D. (1998). *Social formation and symbolic landscape*. Madison: University of Winsconsin Press.
- COSGROVE, D. (2004). A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- DOMINGUES, A. (2001). A paisagem revisitada. *Finisterra*, 34(72): 55-66.
- DUNCAN, J. (2004). A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Paisagens, textos e identidade*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- ESTÉVEZ, M. G. (2004). El amor a la patria y a la tribu: las retóricas de la memoria incómoda. *Revista de Antropologia*, 47(2): 345-377.
- FIRTH, R. (1973). *Symbols: public and private*. London: George Allen & Unwin.
- FYREFLY. (2003). *Firefly guide to the flags of the world*. New York: Firefly Books.
- GUIBERNAU, M. (1997). *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- HESMER, K. H. (2008). *Flaggen und Wappen der Welt*. Munique: Chronik Verlag.
- KINDERSLEY, D. (2005). *Complete Flags of the world*. London: Dorling Kindersley Limited.
- KLIMEŠ, R. (2010a). Lesser-Known Symbols of Minor U.S. Possessions: Caribbean Sea. *Nava News*, v. 2 (206): 8-9.

- KLIMEŠ, R. (2010b). Lesser-Known Symbols of Minor U.S. Possessions: Pacific Ocean - Midway. *Nava News*, 3 (207): 8.
- LACOSTE, Y. (2003). Para que serve a paisagem? O que é uma bela paisagem? São Paulo: *Boletim Paulista de Geografia*, 1(79): 115-150.
- LEACH, E. (1978). *Cultura e comunicação: a lógica pela qual os símbolos estão ligados*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- LOWENTHAL, D. (1994). European and English landscapes as national symbols. In: HOOSON, D. *Geography and national identity*. Oxford: Blackwell Publishers/The Institute of British Geographers.
- LUCHIARI, M. T. D. P. (2001). A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- MELO, V. M. (2001). Paisagem e simbolismo. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- NORDIC COUNCIL (2012). *Greenland's flag. Co-operation in the Nordic region*. In: <http://www.norden.org/en/the-nordic-region/the-nordic-flags/greenlands-flag>
- ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (2001). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- SALGUEIRO, T. B. (2001). Paisagem e geografia. *Finisterra*, 34(72): 37-53.
- SHULMAN, S. (2006). Cultural comparisons and their consequences for nationhood in Ukraine. *Communist and Post-Communist Studies*, 39(2): 247-263.
- TUAN, Y. F. (1985). Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, A. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel.
- WHEELER, S. (2010). Flags for U.S. Island Territories – a Vexillonaire’s Tale. *Nava News*, 4(208): 10-11.

ZNAMIEROWSKI, A. (2004). *The world encyclopedia of flags*. London: Lorenz Books.